

## Resposta de um intelectual a um coronel embaixador

MAURÍCIO TRAGTENBERG\*

S.sa. o embaixador de Israel, na sua carta à “Folha” de 29/07, solicita a fonte a respeito das crianças libanesas vítimas de “bombas pessoais” de Béguin. A informação está contida em matéria de Paulo Francis, “Os horrores de uma ocupação militar” (FSP 25/6, fls.11) onde escreve: “A Unicef, agência que cuida da infância na ONU, estima que entre 220 e 240 mil crianças no Líbano, foram “afetadas”. Em tradução, foram mortas, mutiladas ou feitas refugiadas. É isso aí.

Na mesma carta, s.sa. atribui aos assinantes do manifesto “Repúdio à violência de Israel no Líbano” conivência “com a OLP ou seus amigos”. Os 100.000 manifestantes em Telaviv contra a escalada militar; a pesquisa de opinião pública feita em Israel revelando que a maioria da população condena o bombardeio indiscriminado de Beirute Ocidental (FSP 30/7); os membros do Conselho Ecumênico das Igrejas, representando 400 milhões de protestantes de todo mundo, condenando o cerco de Beirute

Ocidental como escandaloso e cruel (FSP 30/7/82) – seriam agentes ou “amigos” da OLP? Nuchem Fassa, israelense de origem brasileira, dirigente da Histadruth (Central Sindical) ao condenar a escalada, dizendo que “o governo Béguin assumiu posições aventureiras com essa guerra não obrigatoriamente necessária” (FSP 11/7, fls.4), seria outro agente da OLP travestido? Convenhamos, sua interpretação, segundo a qual quem não é genocida no estilo Béguin, Sharon, Eytan é “manipulado” pela OLP, tem um nome: delírio lógico; isso é tratado pela psicanálise. No Brasil há bons psicanalistas, diga-se de passagem. A invasão do Líbano por Béguin tem a OLP como pretexto; ele invadiu o país para aniquilar um Estado Palestino em formação: hospitais, escola e Exército eram a infraestrutura com que a OLP assumiria o Estado Palestino onde fosse criado.

Desqualificando as críticas do Manifesto, s.sa., argumenta que os assinantes não são “especialistas em



*In Memoriam.*

**MAURÍCIO TRAGTENBERG** foi professor do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP); autor de “Burocracia e Ideologia” e “Administração, Poder e Ideologia”, entre outras obras.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 02.09.1982.

Oriente Médio”. Sem dúvida. Por acaso, milhares de pessoas no mundo que assinaram manifestos contra o genocídio nazista, os fornos crematórios e campos de concentração na Alemanha de Hitler eram especialistas em Política Européia ou História Política da Alemanha?

S.sa. cita uma carta de libaneses radicados nos EUA, “A OLP tem que sair do Líbano”, mencionando ações da mesma nesse país que redundaram em saque de casas, pois não pertencem a organização alguma. Como são dirigidas à OLP, penso eu, algum membro dela deverá responder à questão.

Eu não sou servo de organização alguma nem obedecerei a palavras de ordem de quem quer que seja, não sou “judeu profissional”, não pertencem à burocracia de nenhuma organização judaica ou não judaica. Mas s.sa. é embaixador de um governo – não confundo com Estado ou Povo – cujo poder de mando se baseia num compromisso clerical-fascista. Nessa medida é corresponsável pelo colonialismo de Béguin, e a Cisjordânia é exemplo dessa prática colonialista. Lá há 160 colônias israelenses, com previsão de mais onze colônias. Isso suscitou reações da população drusa. Que “tratamento” ela teve?

“Para castigar a reação ante o uso da carteira de identidade israelense o Exército bloqueou as aldeias drusas, cortou o telefone, limitou a algumas horas por dia o fornecimento de água e eletricidade. Rebanhos não podiam pastar, faltavam gêneros, alimentam-se eles de água açucarada e sopa. Foi proibida a entrada de jornalistas. O bloqueio durou 53 dias, foram impostas as carteiras de identidades israelenses à força e às vezes com ajuda de golpes e humilhações”. (A Kapeliuk, “Governo Béguin: uma estratégia radical”, revista Shalom, pág. 7, junho/82). Isso levou o ex-juiz da Corte Suprema de Israel,

Haim Cohen, a declarar à imprensa em Jerusalém a 15/4 que “Israel instaurou a lei dos bárbaros no Golan”.

Pior do que isso é o aval que dá ao genocídio o rabinato israelense. O deputado do Parlamento de Israel, Amnon Rubinstein, cita o caso do rabino Israel Hess, autor do artigo “A ordem para o Genocídio na Bíblia”, publicado no jornal estudantil da Universidade de Barllan, onde se lê que “durante a guerra a ordem é matar e exterminar, da mesma forma, as crianças de peito”. O rabino Tsemel, ex-capelão-chefe do Comando Militar da Região Central, escreve que “na lei ‘haláchica’ judaica há uma justificativa para o assassinato de cidadãos não judeus, incluindo mulheres, crianças, quando em combate ou guerra”. (A. Kapeliuk, art. citado, Revista Shalom, junho/82). Algum rabino levantou-se contra isso? Ao mesmo tempo o diário israelense “Yediot Aharonot” relata que “os oficiais do governo militar tratam os palestinos como micróbios locais”. (Art. citado, pág. 8. Revista Shalom)

O que dizer da “punição comunitária” imposta em 1967 na Faixa de Gaza? Isso levou a serem dinamitadas, em 1981, 5 casas em 24 horas, porque três jovens entre 15 e 16 anos, jogaram um coquetel “molotov” contra um tanque de ocupação, que saiu ileso. Daí o prefeito de Belém, Elias Frej, exclamar: “Estamos oprimidos. Donde virá nosso socorro? Como pode o governo de Israel perpetuar tal ato de opressão, dinamitando 5 casas e atirando 55 pessoas à rua por algo que alguns garotos fizeram? É assim que se comporta um povo que tem sentido na carne a opressão por 2.000 anos. Onde está sua moral? Punir igualmente jovens e velhos por um ato que não causou danos? (Revista Shalom, cit. pág. 12). Ao agir assim Béguin desjudaíza os judeus.



Creio firmemente, sr. coronel embaixador, que o povo judeu permanecerá conhecido através da contribuição de Espinosa, Freud, Marx e Einstein, e não das figuras sinistras como Béguin, Sharon ou Eytan.

O termo “figuras sinistras” não é mera retórica. Após exílio de 12 anos, o ex-prefeito de Ramallah (zona ocupada), Nadain Zaro, publicou nota na imprensa de Jerusalém onde condena a destruição de casas, fechamento e universidades e jornais, detenção de acadêmicos, ativistas sindicais e estudantes, prisões domiciliares e confisco de terras. (revista shalom, cit. pág. 12). São fatos relatados por uma revista judaica, “Shalom”, antifascista, editada na rua da graça em São Paulo, no Bom Retiro. S.sa., do alto da Versalhes brasileira – Brasília – deve ter ouvido falar do bairro; lá morei muitos anos.

O jornalista Issac Ackselrud (Shalom pág. 17) desvenda o mistério da política de ocupação de Béguin. Segundo ele – com o que concordo plenamente – Israel nasceu como Estado leigo e secular, transformando-se num Estado teológico, clerical e messiânico. Realiza uma política de ocupação que fornece mão-de-obra a preço vil para uma burguesia em Israel especializada na sonegação de impostos, Caixa 2 e contrabando. A pretexto de “defesa”, Israel se expande e quanto mais se expande mais precisa “defender-se”.

Isso tem um nome: paranoia política, com o triunfalismo e a arrogância que a

acompanha. Um povo que oprime outros não pode ser livre, quem sofreu o Holocausto não pode impô-lo a outros povos, quem sofreu racismo não pode impô-lo a outras comunidades. O racismo está ligado à morte, ao extermínio. Que respeito pode haver para um governo como o de Béguin, quando, referindo-se aos palestinos, usa a desprezível expressão “política de vara e cenoura como se os palestinos nos territórios ocupados fossem gado que precisasse ser alimentado a cenouras e tocado a vara?” – (Revista Shalom cit. pág. 12).

Pelas cartas e s.sa. à FSP vejo que Béguin envia o melhor do seu quadro diplomático para os países da América Latina. Espero que tal debate público não prejudique s.sa. em sua carreira burocrática, pelo contrário, ajude-a. Pois a burocracia é o espaço onde a obediência ao poder é premiada, onde cresce um saber instituído e dominante chamado “competente”. Ele é burocratizado e por isso não oferece perigo como o saber crítico. Sua função é servir à dominação e a intimidação social e política. Espero não ter sido inócuo esse debate com um funcionário da dominação. Ante ela e ante os fatos já nos ensinava Espinosa, nem rir, nem chorar, compreender. Mais ainda, denunciá-los e combater-los, quando negam o humano. Pois, ante os fatos há argumentos. Receba minhas saudações judaicas.